

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

em Lazer, Educação e Educação Física

*Cinthia Lopes da Silva
(Organizadora)*



Atena
Editora

Ano 2021

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

em Lazer, Educação e Educação Física

*Cinthia Lopes da Silva
(Organizadora)*



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miraniide Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andrezza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Métodos e técnicas de pesquisa em lazer, educação e educação física

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Cinthia Lopes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M593 Métodos e técnicas de pesquisa em lazer, educação e educação física / Organizadora Cinthia Lopes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-037-4

DOI 10.22533/at.ed.374212005

1. Educação. 2. Educação física. I. Silva, Cinthia Lopes da (Organizadora). II. Título.

CDD 372.86

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coleção “Métodos e Técnicas de Pesquisa em Lazer, Educação e Educação Física” é uma obra que tem como foco principal a discussão científica por intermédio de trabalhos diversos que compõem seus capítulos. O volume abordará de forma categorizada e interdisciplinar trabalhos, que tratam de diversas formas os métodos e técnicas de pesquisa aplicadas ao Lazer, Educação e Educação Física, a partir de estudos sobre lazer e Educação Física escolar; os elementos da cultura corporal de movimento (esporte, jogo, luta, ginástica, dança, práticas integrativas complementares); as interfaces com as fases da vida, (crianças, adolescentes e idosos) e com a formação profissional em Educação Física; a saúde e suas relações com as atividades físicas; conhecimentos específicos sobre autismo, postura corporal, primeiros socorros, mídia e aqueles com enfoque em subáreas como a biomecânica e as políticas públicas, representantes das ciências biológicas e naturais e sociais e humanas, respectivamente.

O objetivo central foi apresentar de forma categorizada e clara estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país. Em todos esses trabalhos a linha condutora foi o aspecto relacionado à pluralidade de discursos e referenciais que são norte para o desenvolvimento de pesquisas, utilizando para isso métodos e técnicas específicos.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres e doutores e todos aqueles que de alguma forma se interessam pelo estudo de métodos e técnicas de pesquisa de modo interdisciplinar.

A obra “Métodos e Técnicas de Pesquisa em Lazer, Educação e Educação Física” apresenta temas diversos e produções científicas de professores e acadêmicos que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. Sabemos o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

Cinthia Lopes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

APLICAÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO DA ETNOGRAFIA NOS CAMPOS DO LAZER E DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Cinthia Lopes da Silva
Nathalia Sara Patreze
Rosiane Pillon
Jederson Garbin Tenório

DOI 10.22533/AT.ED.3742120051

CAPÍTULO 2..... 13

CONCEITO E ABORDAGEM DO TEMA LUTAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR COM RELAÇÃO À FORMAÇÃO DOS PROFESSORES - JUIZ DE FORA/MG

Aline Aparecida de Souza Ribeiro
Luana das Graças Pinto Procópio
Ludmila Nunes Mourão
Ayra Lovisi Oliveira
Jeferson Macedo Vianna

DOI 10.22533/AT.ED.3742120052

CAPÍTULO 3..... 26

PERCEPÇÃO DOS PAIS E DAS CRIANÇAS SOBRE A PRIVAÇÃO E O PROCESSO DE RETOMADA DAS AULAS DE NATAÇÃO

William Urizzi de Lima
Almir Marchetti
Ana Maria Pinheiro
Reinaldo Arcaro Jr
Gustavo Borges
Fabrício Madureira

DOI 10.22533/AT.ED.3742120053

CAPÍTULO 4..... 41

ESPORTE NA UENP PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Flávia Évelin Bandeira Lima
Sílvia Bandeira da Silva Lima
Aryanne Hydeko Fukuoka Bueno
Nelson Aparecido Martins Filho
Maria Eduarda Príncipe
Maria Eduarda dos Santos Firmino
Mateus Benedito Carvalho
César Augusto Teixeira Barroso
Gustavo de Paulo Francisco
Thais Maria de Souza Silva
Aline Gomes Correia
Andreza Marim do Nascimento
Walcir Ferreira Lima

DOI 10.22533/AT.ED.3742120054

CAPÍTULO 5	49
PROJETO GINÁSTICA RÍTMICA APAGIN/ UTFPR-CP	
Daniely Cristiny Lucas Reghim	
Sônia Maria Rodrigues	
DOI 10.22533/AT.ED.3742120055	
CAPÍTULO 6	57
KINETIC METHOD AND GAME: ENGINES OF MEANINGFUL LEARNING	
Mafaldo Maza Dueñas	
Vanessa García González	
DOI 10.22533/AT.ED.3742120056	
CAPÍTULO 7	73
PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLEMENTARES: ACUPUNTURA E REIKI	
Fabrício Perin da Rosa	
Jacira Batista de Oliveira	
Jussara de Lima	
Marcelo Zvir de Oliveira	
Débora Tavares de Resende e Silva	
DOI 10.22533/AT.ED.3742120057	
CAPÍTULO 8	84
PERDA RÁPIDA DE PESO NO JUDÔ: MÉTODOS UTILIZADOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS A SAÚDE	
Wanderson Ferreira Calado	
Ignácio de Loiola Alvares Nogueira Neto	
Rubens Batista dos Santos Junior	
Edna Cristina Santos Franco	
Enivaldo Cordovil Rodrigues	
Rodrigo da Silva Dias	
Marcus Vinicius da Costa	
Renato André Sousa da Silva	
DOI 10.22533/AT.ED.3742120058	
CAPÍTULO 9	98
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO POR MEIO DE ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTIVAS – PRO-DHAFE	
Sílvia Bandeira da Silva Lima	
Walcir Ferreira Lima	
Aryanne Hydeko Fukuoka Bueno	
Nelson Aparecido Martins Filho	
Maria Eduarda Príncipe	
Maria Eduarda dos Santos Firmino	
Mateus Benedito Carvalho	
César Augusto Teixeira Barroso	
Gustavo de Paulo Francisco	
Thais Maria de Souza Silva	

Aline Gomes Correia
Andreza Marim do Nascimento
Flávia Évelin Bandeira Lima

DOI 10.22533/AT.ED.3742120059

CAPÍTULO 10..... 106

PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E PERFIL SOCIOECONÔMICO DE PROFESSORES DA PRÉ-ESCOLA DE CINCO CIDADES TOCANTINENSES

Gênesis Reis Sobrinho
Vitor Antonio Cerignoni Coelho
Ella Shoval
Rute Estanislava Tolocka

DOI 10.22533/AT.ED.37421200510

CAPÍTULO 11..... 125

AVALIAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE SUA ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO NOS NÍVEIS DE ATENÇÃO À SAÚDE

Gabriel Gomes de Melo
Camila Araújo do Nascimento
Jadisson Gois da Silva
Marcelo Mendonça Mota
Tharciano Luiz Teixeira Braga da Silva

DOI 10.22533/AT.ED.37421200511

CAPÍTULO 12..... 136

CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE DE ESTUDANTES

Lara Patrícia de Lima Cavalcante
Zilka dos Santos de Freitas Ribeiro
Sthefany Alves dos Santos
Raniely Hosana Sousa
Karoline Barbosa Vieira
Tereza Soraia de Queiroz
Patrícia Carvalho de Oliveira
Rodolpho Carvalho Leite

DOI 10.22533/AT.ED.37421200512

CAPÍTULO 13..... 146

EDUCAÇÃO FÍSICA E PROMOÇÃO DA SAÚDE: ATIVIDADE FÍSICA COMO UM MEIO DE INTERVENÇÃO DO CAMPO DA SAÚDE PÚBLICA

Kaine Tavares Silva de Oliveira
Sarah Felipe Santos e Freitas

DOI 10.22533/AT.ED.37421200513

CAPÍTULO 14..... 149

MÉTODOS OBJETIVOS DE MEDIÇÃO DE ATIVIDADES FÍSICAS EM CONDIÇÕES DE VIDA LIVRE

Anna Gabriela Silva Vilela Ribeiro
Rozangela Verlengia

Uliana Sbeguen Stotzer
José Jonas de Oliveira
Giovanna Melissa dos Santos
Rute Estanislava Tolocka

DOI 10.22533/AT.ED.37421200514

CAPÍTULO 15..... 172

AUTISMO E ATIVIDADES FÍSICAS: ALGUMAS REFLEXÕES

Jheniffer Sabino Dias
Gustavo Ferreira dos Santos
Jéssica Rezende Souza
Núbia Gonçalves dos Santos
Pamylla Cristina Gonçalves Rodrigues
Vivianne Oliveira Gonçalves
Renata Machado de Assis

DOI 10.22533/AT.ED.37421200515

CAPÍTULO 16..... 185

ANÁLISE DAS MOCHILAS ESCOLARES COMO FATOR DE RISCO PARA A POSTURA CORPORAL DE ESCOLARES

José Robertto Zaffalon Júnior
Amanda Samara da Costa Lima
Rebeca Siqueira Ramos
Jorge Farias de Oliveira
Rosângela Lima da Silva
Gileno Edu Lameira de Melo
Erica Feio Carneiro Nunes
Pedro Bruno Lobato Cordovil

DOI 10.22533/AT.ED.37421200516

CAPÍTULO 17..... 204

OBESIDADE EM ADOLESCENTES NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS: UMA REVISÃO DE BIBLIOGRAFIA

Matheus Rodrigues Steiner
Daniela de Conti
Robson Pacheco

DOI 10.22533/AT.ED.37421200517

CAPÍTULO 18..... 210

PERFIL DA QUALIDADE DE ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA ATUANTE JUNTO A POPULAÇÃO IDOSA

Shalany Maciel da Silva
Tiago da Silva Ardaya
Agnelo Weber de Oliveira Rocha

DOI 10.22533/AT.ED.37421200518

CAPÍTULO 19.....	225
O NÍVEL DE CONHECIMENTO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FRENTE À PRÁTICA DE PRIMEIROS SOCORROS	
Vinícius de Andrade Nepomuceno João Paulo Soares Fonseca João Marcelo de Souza Ribeiro	
DOI 10.22533/AT.ED.37421200519	
CAPÍTULO 20.....	249
A MELHORA DO DESEMPENHO E A QUEBRA DE RECORDES DOS NADADORES, UM BREVE OLHAR MIDIÁTICO	
Thais Weiss Brandão Friedrich Fleischfresser de Amorim Paulo Penha de Souza Filho	
DOI 10.22533/AT.ED.37421200520	
CAPÍTULO 21.....	257
LIVE DE DANÇA SÊNIOR NA USP60+: UMA PRÁTICA VIRTUAL DURANTE A PANDEMIA COVID-19	
Keila Kimie Gondo Ana Maria de Souza Beatriz Aparecida Ozello Gutierrez Rosa Yuka Sato Chubaci	
DOI 10.22533/AT.ED.37421200521	
CAPÍTULO 22.....	271
DESEMPENHO AERÓBIO DE JOGADORES DE FUTEBOL EM DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS NAS CATEGORIAS DE BASE: REVISÃO DE LITERATURA	
Wenyo Alves de Oliveira José Hildemar Teles Gadelha	
DOI 10.22533/AT.ED.37421200522	
CAPÍTULO 23.....	281
ASSOCIAÇÃO ENTRE ÍNDICES ANTROPOMÉTRICOS E O NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA COM A ESTATURA ESTIMADA DA MATURAÇÃO MORFOLÓGICA EM PRÉ(ADOLESCENTES) DE UMA ESCOLA PRIVADA EM MINAS GERAIS	
Sarah Andrade da Silva Renata Luiza da Silva Oliveira André Henrique de Azevedo Gomes Alessandro de Oliveira	
DOI 10.22533/AT.ED.37421200523	
CAPÍTULO 24.....	293
PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE CRIANÇAS NA IDADE DE 9 A 11 ANOS DA ESCOLA MUNICIPAL GOVERNADOR DANILO DE MATTOS AREOSA	
Valdeci Guedes da Silva Rafael Sandes de Araújo André de Araújo Pinto	
DOI 10.22533/AT.ED.37421200524	

CAPÍTULO 25.....	304
BIOMECÂNICA DO GYAKU ZUKI E OI ZUKI EM SANCHIN DACHI	
Victor Yonamine Mota	
Bruno Sérgio Portela	
João Paulo Orneles	
Marcos Roberto Queiroga	
Timothy Gustavo Cavazzotto	
Marcus Peikriszwili Tartaruga	
DOI 10.22533/AT.ED.37421200525	
CAPÍTULO 26.....	309
POLÍTICAS PÚBLICAS - TRAJETÓRIA DO CAMPO E METODOLOGIAS DE ESTUDO	
Robson Sueth	
DOI 10.22533/AT.ED.37421200526	
CAPÍTULO 27.....	335
PROJETO TRAVEL - PARALISIA CEREBRAL E A INCLUSÃO NO MEIO SOCIAL	
Leonardo Matheus Barbieri Candido de Souza	
João Victor de Souza	
Leonardo Mandeli	
DOI 10.22533/AT.ED.37421200527	
SOBRE O ORGANIZADORA	340
ÍNDICE REMISSIVO.....	341

POLÍTICAS PÚBLICAS - TRAJETÓRIA DO CAMPO E METODOLOGIAS DE ESTUDO

Data de aceite: 01/05/2021

Robson Sueth

Pesquisador – NEPES/UFF
ID Lattes: 9596111822486998

RESUMO: O campo de estudo das políticas públicas vem se consolidando a partir de 1980 e sendo fortalecido com valorosas contribuições de pesquisadores por meio de metodologias pertinentes que fundamentam as análises realizadas e orientam outros estudos de maneira científica. Nesse contexto, este capítulo teve por objetivo descrever uma trajetória do campo de estudos das políticas públicas e respectivas metodologias que foram empregadas desde então, a sugerir análises mais adequadas e mais próximas da realidade teórico-metodológica.

PALAVRAS - CHAVE: Políticas Públicas, neoinstitucionalismo, análise de estilos políticos, ciclo de políticas, espistemologia.

ABSTRACT: The field of study of public policies has been consolidated since 1980 and has been strengthened with valuable contributions from researchers through relevant methodologies that support the analyzes carried out and guide other studies in a scientific way. In this context, this chapter aimed to describe a trajectory in the field of public policy studies and respective methodologies that have been used since then, to suggest more appropriate analyzes and closer to the theoretical-methodological reality.

KEYWORDS: Public Policies, neoinstitutionalism, analysis of political styles, policy cycle, epistemology.

1 | INTRODUÇÃO

Parece, ainda, haver acentuado interesse de pesquisadores em estudar políticas públicas, principalmente na pós-graduação. Uma das pistas que se tem a respeito dessa preferência refere-se à novidade que o tema traz à realidade acadêmica, sendo um dos mais recentes campos de estudo, iniciando-se a partir da década de 1980. Segundo Celina Souza, pesquisadora militante na área há mais de três décadas, com estudos publicados no Brasil e exterior, ao se posicionar sobre o estado do campo de estudos de políticas públicas afirma não existir dúvidas a respeito do crescimento da área na pesquisa acadêmica no Brasil. Acrescenta que

Várias áreas do conhecimento, e não só a ciência política, vêm realizando pesquisas sobre o que o governo faz, ou deixa de fazer. Portanto, a academia, juntamente com órgãos governamentais e centros de pesquisa, estes últimos com tradição mais antiga na área, têm ampliado sua presença nos estudos e pesquisas sobre políticas públicas. Vários departamentos de ciência política também têm

contribuído para o crescimento e a legitimação da área com criação de cadeiras em políticas (SOUZA, 2003a, p.15).

Essa autora em, pelo menos, duas de suas publicações evidenciando o crescimento do campo, descreve o início das pesquisas realizadas sobre as políticas públicas no Brasil, identifica sua natureza, expõe a sua posição crítica acerca das intenções que as conduziram, reporta-se à trajetória do campo descrevendo temas recorrentes dos primeiros trabalhos e seu crescimento em qualidade e em volume, expressa-se a respeito da maturidade, já identificada, da produção científica sobre esse tema, identifica problemas e possibilidades de avanços nesse campo de estudo, situa a proximidade da área com os órgãos governamentais, sugere o emprego de teorias e tipologias aos próximos estudos, e destaca as questões temáticas e de pesquisa, num período de um pouco mais de duas décadas (de 1980 até 2003).

O campo se desenvolve naturalmente, ao longo do tempo, e ganha novas perspectivas metodológicas com a introdução do referencial analítico ciclo de políticas proposto por Ball e Bowe a partir de 1992, cujos trabalhos foram, também, divulgados no Brasil por Jeferson Mainardes. A partir do emprego dessa metodologia de análise outras propostas teórico-metodológicas vão sendo incorporadas aos estudos, buscando-se solidez e coerência às análises realizadas.

Em 2000, trazendo dados que também fornecem noção sobre o desenvolvimento do campo de estudo, Klaus Frey discute conceitos básicos empregados, ainda na primeira metade dos anos 1990, na análise de políticas públicas, destacando os benefícios das abordagens do “neoinstitucionalismo” e da “análise de estilos políticos”.

As pesquisadoras Anuska Andreia de Sousa Silva e Ciclene Alves da Silva, em duas outras publicações, em 2014 e 2015, contribuíram com essa noção sobre a consolidação do campo, por meio da identificação de estudos que passaram a utilizar articulações teóricas às análises das políticas públicas com o emprego do ciclo de políticas, definindo, assim, a modalidade epistemologia.

Essas publicações possibilitaram admitir um processo de consolidação do campo de estudos e pesquisas sobre políticas públicas no Brasil, evidenciando uma trajetória de amadurecimento científico de pesquisadores e a produção de análises mais fundamentadas a oferecer resultados mais aprofundados e convincentes.

Nesse contexto, este artigo caracterizado como um ensaio descritivo-bibliográfico, teve por objetivos evidenciar noções sobre o que pode ser aceito como uma das trajetórias que caracterizaram e consolidaram o campo de estudo em políticas públicas no Brasil, como também descrever a realidade de sugestões e emprego de metodologias analíticas que serviram e servem como elementos dessa consolidação, segundo essa trajetória.

Certamente existem outras obras que se referiram e se referem à origem do campo e sua consolidação, mas, neste artigo, apenas foram utilizados os autores aqui referenciados cuja lógica pode ser compreendida ao se considerar que os respectivos textos fizeram

parte de uma seleção que teve o propósito de conduzir discussões no âmbito do estudo de políticas públicas.

2 | DA INCIPIÊNCIA À INSTITUIÇÃO DO CAMPO E O NEOINSTITUCIONALISMO

Com base no levantamento realizado por Melo (1999), que traçou a trajetória dos estudos e temas mais recorrentes na área de políticas públicas, a partir da década de 1980, Souza (2003a) assegura que houve crescimento em qualidade e em volume com a devida maturidade da produção científica. Naquela época já identificava uma escassa acumulação do conhecimento na área, como também percebia a necessidade de se buscar um programa de pesquisa envolvendo a comunidade de pesquisadores e não uma acumulação linear do conhecimento. Alertava que havia pouco debate sobre o que os pesquisadores estavam produzindo.

Por outro lado, apontava avanços por meio dos fóruns específicos sobre políticas públicas em espaços acadêmicos como a Anpocs (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais) e a ABCP (Associação Brasileira de Ciências Políticas), bem como a informatização de periódicos nacionais (Portal scielo) e internacionais (Portal de periódicos da Capes). Também acusava uma abundância de estudos setoriais, empíricos, com expansão horizontal, sem fortalecimento vertical da produção, porque focalizavam aspectos determinados de uma política pública; análises que identificavam o problema que iriam ou não se transformar em política; que transitavam por várias áreas e não apenas pela ciência política; e que a disciplina Ciências Políticas girava mais em torno de áreas temáticas do que de grupos de pesquisa.

A ideia que se tem é que as pesquisas eram desarticuladas e distante de se configurar espaços específicos de investigações que lidassem com o devido e necessário interesse em analisar situações que promovessem adequado aprofundamento que, dessa forma, trouxesse à tona interpretações que desencadeassem discussões significativas a fortalecer essa área de estudos.

Posicionando-se, ainda mais, de maneira crítica, evidenciou a proximidade da área com os órgãos governamentais. Havia a geração de trabalhos normativos e prescritivos, e a possibilidade de que esses órgãos pautassem a agenda de pesquisa, por serem órgãos do governo que financiavam pesquisas e, também, organismos multilaterais, por exemplo. A perspectiva era a de fortalecimento da área nos organismos de financiamento de pesquisa acadêmica, nacionais e estrangeiros.

Segundo Souza (2003a), a proximidade desses órgãos pautava as pesquisas com temas de interesse particular com estudos sobre o mesmo tema, sem perspectiva acadêmica, que pouco dialogavam entre si e que prejudicavam a acumulação do conhecimento. Para ela, com a redemocratização e o novo desenho da gestão das políticas

sociais proliferaram trabalhos sobre as políticas públicas adotadas por governos locais como por exemplo formas de participação popular na gestão das políticas públicas e sobre conselhos comunitários. Os temas de pesquisa pareciam indicar um excesso de trabalhos acerca de temas específicos.

Identificou grande lacuna sobre temas importantes que não aportaram na agenda de pesquisa em políticas públicas. A respeito da burocracia, por exemplo, como segmento que implementa as políticas públicas, havia poucos trabalhos vis-à-vis para o melhor conhecimento do que acontece quando a política é implementada. Já sugeria que a superação sobre isso viria por meio de um papel mais direto dos orientadores de pesquisa, acreditando que a chave para o avanço na questão dos temas de pesquisa, do conhecimento cumulativo e da formação de grupos de pesquisa poderia estar mais nos orientadores que nos mestrandos e doutorandos.

Nesse sentido, era preciso superar a primeira geração de estudos nessa área porque achava-se concentrada nos fracassos, pouco preocupada com as questões políticas e fortemente assentada no pressuposto de que a formulação e a implementação de políticas públicas eram processos exclusivamente racionais e lineares, desvinculados dos processos políticos. Concluía que esse tipo de análise estava pela tentativa de se separar o mundo do governo e da administração pública do mundo da política. Indicava que era preciso avançar para a segunda geração, pela necessidade de desenvolver tipologias analíticas, identificar as variáveis que causam impactos nos resultados das políticas públicas, ir além das análises de sucessos ou fracassos das políticas públicas para um estágio de melhor entendimento dos seus resultados, e se já estivesse nesse estágio, era preciso avançar ainda mais com literatura específica sobre políticas públicas e construir tipologias [analíticas].

Na perspectiva da segunda geração de estudos, a autora recomendava a análise *bottom-up* (LIPSKY, 1980). Considerava que as análises concentravam-se nos decisores de uma política, usando-se modelos *top-down* de análise.

Vale aqui esclarecer que o modelo de análise *top-down* parte do decisor da política, e como num efeito cascata, o pesquisador vai analisando os desdobramentos e efeitos até alcançar aqueles que vão sofrer o impacto direto da política, ou seja, de cima para baixo. No modelo *bottom-up*, análise ocorre em sentido contrário, de baixo para cima.

Esse modelo compreende três premissas: (1) analisar a política pública pela ação dos seus implementadores, em oposição à concentração de estudos acerca de governos, decisores e atores que se encontram na esfera “central”; (2) concentrar a análise na natureza do problema que a política pública busca responder; e (3) descrever e analisar as redes de implementação. Apesar dos modelos *bottom-up* serem criticados por sua capacidade explicativa, eles não ignoram a complexidade de uma política. Por isso precisam ser mais testados entre nós. Alerta que nesse caso, ao assumir a complexidade da política pública como algo a ser explicado, em especial a sua implementação, esse tipo de pesquisa tem

dificuldades para conviver com a busca recorrente do *mainstream*¹ das Ciências Sociais, qual seja, o de fixar na simplicidade analítica e na elegância dos modelos explicativos (SOUZA, 2003a, p.17).

Com relação às teorias e tipologias utilizadas nos estudos analisados, houve avanços do ponto de vista teórico-metodológico segundo essa autora. Entretanto, ainda havia uso excessivo de narrativas pouco pautadas por modelos ou tipologias de políticas públicas, com pouca utilização de teorias próximas do objeto de análise, o que mantinha uma leveza metodológica exagerada. Mas, já existiam trabalhos que superavam essas limitações. Para a autora, com a aceitação da literatura neoinstitucionalista², as possibilidades para que a área adquira maior rigor teórico-metodológico são maiores na atualidade do que em um passado recente.

Abre-se aqui parênteses para uma breve noção das especificidades do neoinstitucionalismo e de seu contexto conceitual, de acordo com Codato (2009), ao descrever classificações a ele relacionadas. Na ideia de neoinstitucionalismo “clássico” ou sociológico, as instituições podem ser normas e valores, sistemas simbólicos, esquemas cognitivos, modelos morais, que estipulam o funcionamento de organizações e determinam o comportamento individual por meio de uma série de categorias de percepção que guiam a prática social dos agentes, determinam inteiramente suas preferências, interesses, objetivos.

Segundo esse autor, considerando o Institucionalismo da escolha racional as instituições podem ser sistemas de regras e incentivos (procedimentos) a partir dos quais indivíduos, sempre com base em cálculos estratégicos a respeito de suas conveniências, definem preferências e tentam maximizar seus interesses. A respeito do neoinstitucionalismo histórico as instituições designam simplesmente instituições formais (ou “organizações”), como as instituições políticas, incluindo procedimentos burocráticos, estruturas governamentais, aparelhos estatais, normas constitucionais. Uma vez constituídas, elas têm impacto decisivo sobre o comportamento dos agentes do sistema político (legisladores, eleitorado, grupos de interesse), determinando resultados políticos.

De acordo com Souza (2003a) era preciso ter cuidado, naquela época, com a literatura neoinstitucionalista por ser um aporte teórico ainda em processo de construção. Com destaque: a escolha racional e o institucionalismo histórico. Para ela, a análise de políticas públicas é estudar o governo em ação. Nem sempre os pressupostos neo-institucionalistas se adaptam à sua análise. A articulação entre a análise da políticas públicas e o papel das instituições, ou das regras do jogo, nem sempre é muito clara. Estudos sobre a definição da

1 *Mainstream* é aqui interpretado como o pensamento da maioria. Uma corrente influenciadora. Significa uma tendência, há uma inclinação em concordar, admiti-la ou usa-la. Pode tratar-se de uma ideia ou uma moda geral predominante.

2 Neoinstitucionalismo é concebida como uma teoria que tem foco na ideia de autonomia relativa das instituições políticas, nas suas condições de ineficiência na história e na sua importância como ação simbólica para a compreensão da política (March, James G.; Olsen, Johan P. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política, *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 121-142, nov. 2008).

agenda setting³ podem ser muito promissores para a compreensão das políticas públicas, assim como modelos construídos com base na teoria das elites, como o das redes sociais.

Também se posicionando sobre o neoinstitucionalismo, Frey (2000) afirma que se houver foco na análise de sistemas políticos instáveis por conta de se encontrarem em processo de transformação situados no contexto de instituições não consolidadas, a exemplo de países da América Latina, isso vai fortalecer a tendência em se explicar o sucesso ou fracasso das políticas implementadas com base nas condições de estabilidade ou de fragilidade das instituições. Dessa forma, alimenta a postura de se admitir que tendo por referencial um “desenho institucional” caracterizado por “políticas estruturadoras de sistema”, haveria de “pôr ordem no caos”, considerando os sistemas político-administrativos nos países em processo de desenvolvimento.

Para esse autor, há abordagens teórico-institucionais que destacam o papel estabilizador de instituições junto aos sistemas político-administrativos. Isso porque as teorias institucionais dão significado estratégico e atribuem função relacional, regulatória e cultural às instituições, pelo fato de que elas “ordenam as redes de relações sociais, regulam a distribuição de gratificações e posições sociais pela definição de metas e da determinação e destinação de recursos, e finalmente, sendo elas intermediadas por valores, representam a índole espiritual da sociedade como um todo”. Considerar que as instituições são positivas por garantirem a estabilidade de sistemas (o que no caso de Schelsky assume até um caráter de um modelo geral de progresso), segundo seu entendimento, é uma posição que precisa ser revista e relativizada (FREY, 2000, p. 231).

Citando Waschkuhn (1994) e O'Donnell (1991), considera importante lembrar que as instituições viabilizam a satisfação de necessidades humanas e a estruturação de interações sociais, e também “determinam posições de poder, eliminam possibilidades de ação, abrem chances sociais de liberdade e erguem barreiras para a liberdade individual” (WASCHKUHN, 1994, p. 188). E que a institucionalização implica custos graves, porque não representa somente a exclusão de muitas vozes, mas também o pesadelo da burocratização e das contrariedades que essa acarreta consigo (O'DONNELL, 1991, p. 30).

Interpretando Prittwitz, afirma que instituições não pode ser entendida apenas como um reflexo de necessidades individuais ou sociais. As instituições políticas caracterizam-se por uma padronização regularizada de interação, conhecida, praticada, geralmente reconhecida e admitida pelos integrantes da sociedade, o que não quer dizer que seja por eles aprovados. São, portanto, produto de processos políticos de negociação antecedentes, que reproduzem as relações de poder existentes com importantes desdobramentos no processo político e em seus resultados materiais (PRITTWITZ, 1994, p. 239). É categórico quando diz ser a partir daí que o neoinstitucionalismo vai tematizar os pressupostos político-institucionais dos processos de decisão política.

3 A agenda *Setting* trata-se de uma ideia fundamentada de que é a mídia quem sugere os temas que alimentam as discussões dos consumidores de notícias. (McCOMBS; SHAW, 1972).

Esclarece que o neo-institucionalismo, levando-se em conta as intenções de Parsons ou Luhmann com a teoria dos sistemas, não vai instituir uma “macroteoria de instituições políticas”. Vai, então, destacar tão somente a relevância do fator institucional para a explicação de ocorrências políticas concretas. O neoinstitucionalismo aponta para as limitações de racionalidade do processo de decisão como resultado da ausência ou excesso de informações e dá destaque aos dispositivos gerais e as compreensões essenciais em cada sociedade influenciando de forma contundente as compreensões e ações dos indivíduos. Na fala desse autor, parece importante acentuar, baseando-se em March; Olson (1995), que a concepção institucional é obtida pelas ideias que se pode ter sobre as identidades e concepções do comportamento adequado, em lugar de uma perspectiva de troca que se estabeleça por meio de ideias que desencadeiem acordos que contemplem interesses comuns entre atores políticos.

Para Frey de que os atores políticos e sociais além terem sua atuação voltada para seus interesses pessoais, simultaneamente valem-se de suas identidades como cidadãos, o que influencia suas decisões políticas. “Regras, deveres, direitos e papéis institucionalizados influenciam o ator político nas suas decisões e na sua busca por estratégias ‘apropriadas’” (FREY, 2000, p. 233, sustentado em MARCH; OLSEN, 1994).

De acordo com Frey, para Nabmacher o neoinstitucionalismo tem como premissa “que as possibilidades da escolha estratégica são determinadas de forma decisiva pelas estruturas político-institucionais, inclusive a capacidade dos atores políticos de modificar essas estruturas de acordo com suas estratégias, por exemplo, por meio de institucionalização, desinstitucionalização, atribuição de funções etc.” (NABMACHER, 1991, p. 206). E, oferece uma possibilidade de explicação do comportamento político e tende a contribuir com estratégias de configuração de políticas por meio da investigação científica.

O neoinstitucionalismo se diferencia do institucionalismo tradicional por “não explica[r] tudo por meio das instituições. É possível que haja situações nas quais os processos políticos são pouco consolidados e é difícil explicar os acontecimentos pelo fator institucional, e, se isso for possível, o resultado é condicionado só de forma subsidiária pelas instituições” (BEYME, 1992, p. 76). E, nesse caso, sendo necessário considerar as trocas constantes de regimes em nações do Terceiro Mundo, o que de forma restrita podem ser compreendidas pelas condições institucionais. Para Beyme, a fundamentação explicativa do fator institucional é potencializada “pela consolidação do processo político e pela fragmentação das instituições”. Então, considerando os limites dos fatores institucionais tendo em vista entender a forma como se dá o funcionamento de regimes políticos, faz-se necessário levar em conta o **estilo de comportamento político**, tratando-se de “uma vertente de pesquisa que surgiu, de forma semelhante ao neoinstitucionalismo, como consequência das limitações da análise tradicional de políticas (FREY, 2000, p. 234).

É possível, então, se afirmar que o neoinstitucionalismo serviu ao seu propósito

nas pesquisas que se constituíram como aquelas que inauguraram as análises políticas e ainda se apresenta com importante referencial analítico a ser empregado em estudos sobre políticas públicas, pelo seu caráter explicativo em situações que se busquem compreensões a respeito das tomadas de decisão nas esferas públicas.

Retornando às posições de Souza (2003a), sobre o estado do campo, nos estudos que analisou havia ausência de trabalhos que testassem tipologias sobre políticas públicas desenvolvidas nos chamados países centrais. Que essas tipologias foram muito pouco exploradas e não foram testadas em um universo diverso daquele no qual foram formuladas. Que também havia pouca clareza sobre quem formula as políticas públicas e como são implementadas. E, ainda, que o argumento “a política pública faz a política” estava sendo pouco aplicado, em especial do ponto de vista comparativo entre diferentes políticas.

Diante da análise do estado do campo de estudos em políticas públicas, a autora concluiu que há uma tendência a utilizar rótulos às políticas públicas, influenciada pelos fenômenos como clientelismo, paroquialismo, patrimonialismo e outros tantos “ismos”. Que não há respostas empírica e teoricamente embasadas de como esses rótulos se manifestam e quais suas consequências para as políticas públicas. A partir disso recomenda que é preciso parar de repetir o que muitos brasilianistas defendem sobre a forma pela qual o Estado brasileiro e suas políticas públicas funcionam, para que sejam investigados a fundo tais fenômenos. Que se deve incorporar o papel desses fenômenos nas políticas públicas à agenda de pesquisa. Que é preciso incrementar pesquisas comparativas sobre o desempenho de diferentes políticas públicas. Que é necessária uma compreensão mais abrangente e comparativa sobre as políticas desenvolvidas na esfera dos Estados, porque “os Estados dão respostas diversas às questões sociais” e pouco se sabe sobre questões cruciais na esfera estadual. E que, apesar dos problemas e das lacunas na agenda de pesquisa em políticas públicas, é positivo o saldo considerando que a área era ainda recente no Brasil.

3 | ANÁLISE DE ESTILOS POLÍTICOS

Klaus Frey, também contribuindo com a exposição do emprego de modelos analíticos no campo de estudo das políticas públicas, nos dá conta de que a crítica desencadeada sobre o entendimento de que na análise política tradicional os processos políticos fossem constituídos pelos conteúdos da política, além de não ter colaborado com a forte consolidação das abordagens institucionalistas, levando-se em conta a relevância de instituições de comprovada estabilidade para o sucesso das políticas públicas, também gerou uma nova possibilidade de pesquisa conhecida por “análise de estilos políticos”. Essa modalidade analítica com foco na maneira que se desenvolvia a política, simplificando, no “como” da política, levava em conta variáveis culturais, comportamento político e atitudes de “atores políticos singulares” como elementos importantes para, adequadamente, interpretar

o processo político, que, de forma significativa, vai influenciar “na qualidade dos programas e projetos políticos elaborados e implementados” (FREY, 2000, p. 235).

Destaca como importante a diferença entre padrões de política e de comportamento que podem ser característicos de certos atores ou podem extrapolar suas ações individuais. O primeiro, com relação ao comportamento de indivíduos ou de “atores corporativos”, de unidades administrativas singulares, de partidos ou associações em realidades ou situações específicas e, o segundo, padrões de comportamento político tendo-se como exemplos o clientelismo, o paternalismo ou a corrupção. São, portanto, elementos que caracterizam certos sistemas políticos, que se desdobram da interação e da relação contínua entre atores e grupos de atores, com forte influência sobre a implementação de políticas públicas, fortalecendo estudos qualitativos pertinentes.

Nesse contexto, para o autor, investigações tendem a manter foco na análise do estilo político que prevalece em um sistema político-administrativo, como também em negociação que se estabelecem na relação Governo e sociedade civil. Esses padrões de natureza mais geral, que se manifestam nos estilos de ação política, identificam condições que norteiam as ações dos “atores individuais”, que os reproduzem constantemente em sua realidade diariamente.

Sociedades instáveis e em transformação, geralmente caracterizam-se por tensões acometendo padrões individuais de comportamento e outros que vão além do comportamento pessoal. As alterações dos valores sociais, interesses e objetivos de ação, favorecem o aparecimento de atores, especialmente em tempos de cisões sociais e políticas, que vão contribuir com o redimensionamento dos estilos de comportamento político. Isso pode ser notado por meio do comportamento de certos atores cujas participações tendem a “institucionalizar” outros tipos de comportamento frente aos procedimentos e arranjos criados. Os conselhos populares, orçamento participativo e foros de debates são constatações dessa realidade na política municipal brasileira. A isso entende-se como parte do resultado da intensa participação político-social praticada pela sociedade em geral e pelos movimentos sociais. (FREY, 2000, p. 236).

Isso evidencia como as condições de estilos políticos são orientadas segundo as representações de valores, por meio de ideias, sentimentos, tendências e atitudes que prevalecem na sociedade, entendidos como “cultura política”, cuja pesquisa convencional vai analisá-la sob a ótica da realidade específica dos países. É possível constatar elementos singulares da cultura política em determinada região cultural, a princípio mais homogênea. Uma de suas características, por meio da pesquisa, é a comparação entre culturas políticas. Segundo Almond e Verba (1963), há três tipos ideais de cultura política, que atrelam-se as diversas etapas de modernização do desenvolvimento de sociedades: na cultura “paroquial” não existe ainda uma visão política sistêmica; na “cultura de súditos”, a população desempenha um papel passivo e se mostra apenas interessada nos resultados da política; enquanto na “cultura de participação” ela interfere de forma ativa nos

acontecimentos políticos (FREY, 2000, pp. 236; 237).

No entendimento desse autor a cultura política não estabelece o desempenho governamental e o estilo político. Se isso ocorresse, não se poderia entender a multiplicidade de estilos políticos nos governos estaduais ou municipais, que também limita as realizações materiais das políticas públicas concretas. Dessa forma, os estilos específicos de política sofrem interferência de diversas variáveis, dentre as quais “as tradições nacionais e regionais, as estruturas políticas, o grau de desenvolvimento econômico, as ideologias, o treinamento cívico e a própria experiência da prática política”. Logo, é pouco provável que a abordagem da cultura política consiga explicar com suficiência e de maneira conclusiva os estilos políticos. Por outro lado, prossegue esse autor, o debate sobre a cultura política acaba destacando uma quantidade de informações que não podem ser desprezadas diante da avaliação de estilos políticos.

Ainda para esse autor, a pesquisa a respeito da cultura política levanta importantes variáveis que vão contribuir com a análise do significado da realidade subjetiva, ao se considerar as três dimensões da vida política, segundo Diamond (1994, p. 8): “o sistema político, o processo político e os ‘outputs’ das políticas setoriais e das decisões do sistema político”. Para Frey (2000), a preocupação com a realidade subjetiva ilumina a abordagem de “análise de estilos políticos”, tornando-a mais operacional quando da análise política. No contexto da abordagem de “análise de estilos políticos”, é possível compreender, segundo Nabmacher (1991, p. 192) “o exame de estruturas de decisão em relação a políticas setoriais, contanto que essas se encontrem inseridas em elementos político-estruturais formais e informais e se refiram a valores, regras e padrões de ação (tanto individuais como referentes à sociedade como um todo) que são norteadores de comportamento”.

Fundamentando-se em Nabmacher (1991, p. 190), Frey afirma ser possível diferenciar importantes intenções da análise de estilos políticos. Inicialmente o de investigar possíveis aspectos que viabilizaram a consolidação de um determinado estilo de política “empiricamente observado”, levando-se a termo o estilo político como uma variável dependente “das estruturas sociais e econômicas, da composição étnica da população, das estruturas tradicionais dos sistemas partidário e associativo, das condições institucionais em geral e da importância atribuída aos subsistemas dentro do sistema global”, podendo esses fatores constituírem-se elementos de relevância na concretização de estilos de conduta política. E noutro sentido, ao se considerar o estilo político como variável independente, questiona-se até que ponto programas podem receber influência dos estilos políticos concretos.

4 | QUESTÕES TEMÁTICAS E DE PESQUISA

Celina Souza, em um artigo que, pelo ano de sua publicação, pode ser interpretado como um texto datado⁴, também publicado em 2003, fornece importante contribuição a respeito das questões temáticas e de pesquisa em políticas públicas. Segundo essa autora o tema “políticas públicas” é recente na pesquisa e vem crescendo segundo três fatores. O primeiro deles foi a adoção de políticas restritivas de gasto, pelo domínio da agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento e pela maior visibilidade que os temas ganharam por meio de estudos sobre o desenho, a execução e a análise de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, como também a busca de novas formas de gestão.

Outro fator refere-se à força das novas concepções sobre o papel dos governos, considerando as políticas keynesianas que guiaram a política pública do pós-guerra substituídas pela ênfase no ajuste fiscal; a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa; as restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais; e o domínio dessa agenda em países com trajetórias inflacionárias, como os da América Latina.

Realizo aqui uma breve digressão, mas necessária visando aludir as políticas Keynesianas. A teoria econômica de John Maynard Keynes refere-se a organização político-econômica contária às concepções liberais. Nessa teoria, o Estado é tido como elemento indispensável no controle da economia, orientando um sistema de pleno emprego. Com isso vai colaborar no redimensionamento da política de livre mercado. Nessa concepção, o ciclo econômico não é auto-regulado, de acordo com o “espírito animal” dos empresários, como também pela insuficiente condição de o sistema capitalista disponibilizar emprego aos que buscam trabalho. A proposta é a de intervenção do Estado na economia. Assim, conhecida como o “Estado de bem-estar social” ou “Estado Escandinavo”, é direito e dever do Estado dispor, à população, benefícios sociais que possam preservar um padrão de vida satisfatório. O salário mínimo, o seguro-desemprego, a redução da jornada de trabalho e a assistência médica gratuita são exemplos da intervenção do Estado, na perspectiva dessa teoria (KEYNES, 1992).

Retornando ao texto, outro fator de crescimento das pesquisas sobre políticas públicas, o terceiro destacado por Souza, trata-se da dificuldade de desenhar políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento econômico e promovam inclusão social. Que as pesquisas sejam relacionadas aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém democratizados, em especial os da América Latina. Afirma que mesmo que as políticas públicas não consigam combater esses desafios, “seu desenho e regras, assim como seus mecanismos de gestão, contribuem para o enfrentamento ou o agravamento

4 A Texto datado entre leitores específicos que buscam atualização de abordagens ou novos achados a respeito de temas pesquisados ou, ainda, discussões originais no contexto das ciências, tem a conotação de um texto distante da realidade tratada e que perdesa sua importância, que não mais se aplica ou se apresenta desatualizado.

dos problemas para os quais a política pública é dirigida” (SOUZA, 2003b, p.12).

A essa altura, cabe abordagem sobre o entendimento do que vem a ser política pública. Souza (2003b) fornece, pelo menos, cinco definições clássicas e seus respectivos autores. Iniciando sua descrição, segundo a cronologia, considerando a data de publicação, a definição de Laswell que vigorou de 1936 a 1958, afirma que as decisões e análises sobre política pública implicam responder questões do tipo “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”. Para Lynn (1980), trata-se de “um conjunto específico de ações do governo que vão produzir efeitos específicos”. Dye (1984) considera que política pública tem a ver com “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Já Peters (1986) a define como “a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por meio de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. E, ainda, Mead (1995) a compreende como “um campo que faz parte do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”. Para Souza, outras definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas.

É possível perceber que essas definições têm as ações de governo como o foco central. Essa autora informa que os críticos que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, argumentam que essas definições ignoram a essência da política pública, ou seja, o embate entre ideias e interesses. Que também se concentram no papel dos governos, deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam suas decisões, e que desconsideram possibilidades de cooperação entre os governos e outras instituições como também grupos sociais.

Até as definições minimalistas, guiam o olhar para o locus no qual os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem - os governos. Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições assumem uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes. Indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que hajam diferenças sobre a importância relativa desses fatores (SOUZA, 2003b, p.13).

Então, para essa autora, política pública pode ser interpretada como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro. Para ela, o processo de formulação de política pública é aquele pelo qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

De acordo com essa mesma autora, há implicações ao se conceber a política pública como campo holístico. Primeiro porque abrange variadas unidades em totalidades organizadas. Isso é, apresenta-se como terreno de diversas disciplinas, teorias e modelos analíticos e permite leituras variadas sem comprometer sua coerência teórica e metodológica por essa múltipla perspectiva.

Destaca a contribuição da literatura neoinstitucional pela ênfase que atribui à

importância crucial das instituições para decisão, formulação e implementação das políticas públicas. Por meio da teoria neo-institucionalista consegue-se perceber que além das pessoas envolvidas ou grupos de poder que influenciam as políticas públicas, por meio de teorias elitistas e pluralistas, também deve-se levar em conta as regras formais e informais que orientam as instituições, porque estas são, no mesmo contexto, regras formais e informais que moldam o comportamento dos atores. Alerta para o entendimento de que nem sempre esses pressupostos se adequam à análise do que os governos “fazem ou deixam de fazer e por quê fazem”, tendo em vista que a análise de políticas públicas é invariavelmente, investigar o governo em ação.

As pesquisas que constituíram o dossiê, objeto da análise dessa autora, estão apoiadas em questões tradicionais a respeito de políticas públicas como, (a) o motivo de certas decisões terem sido tomadas com base em exemplos estrangeiros, mas com políticas similares às nossas; (b) a apuração de resultados, quem sabe, inesperados, de uma política pública nacional em um país heterogêneo como o Brasil; e (c) de que maneira setores relacionados com a decisão ou com os resultados das políticas públicas atuam e por quais razões existem significativas diferenças entre as trajetórias trilhadas pelos decisores públicos, contemplando as esferas estaduais e locais. Afirma que ao examinar o “governo em ação” e ao buscar entender por que e como as ações dos governos tomam certo rumo em lugar de outro, assim como os resultados das políticas governamentais, esses textos dão sua contribuição para o avanço na agenda de pesquisa em políticas públicas que começa a tomar impulso nos trabalhos acadêmicos no Brasil.

A análise das políticas que não busca intencionalmente fracassos nem intenta evidenciar tendenciosamente pontos positivos dessas políticas e já ingressando na segunda geração dos estudos das políticas públicas, acrescentando a sugestão de Celina Souza, por meio de uma tipologia específica de abordagem, de maneira deslocada de qualquer interesse pessoal escuso ou institucional, tem foco no ciclo de políticas de Ball e Bowe (1992), orientado pelos cinco contextos recomendados por esse referencial analítico. Nesse sentido, vai ao encontro das variáveis que produzem impactos em seus resultados.

5 | O CICLO DE POLÍTICAS

O ciclo de políticas formulado por Ball e Bowe (1992), inicialmente composto pelos três primeiros contextos apresentados a seguir, e mais tarde Ball (1994) acrescentando os dois últimos contextos, caracteriza-se, segundo os autores, como um referencial analítico a orientar a compreensão sobre o percurso de políticas ou programas na área de educação norteada por cinco contextos denominados de (1) contexto de influência, (2) contexto da produção de texto, (3) contexto da prática, (4) contexto dos resultados/efeitos, e (5) contexto de estratégia política.

Mainardes (2006) defende que a abordagem do ciclo de políticas apresenta-se como

um referencial analítico que contribui com a análise de programas e políticas educacionais, tendo-se, por meio dessa abordagem, a possibilidade de realizar uma análise crítica de sua trajetória, a partir de sua formulação inicial, sua implementação no contexto da prática, bem como de seus efeitos. Esse autor ressalta que:

Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. É importante destacar desde o princípio que este referencial teórico-analítico não é estático, mas dinâmico e flexível (MAINARDES, 2006, p.49)

Para Mainardes (2006), Ball e Bowe rejeitaram os modelos de política educacional que propõem a separação das etapas de formulação e implementação porque deixam de considerar as disputas e os embates a respeito da política, e fortalecem a racionalidade do processo de gestão. Esses autores admitem que os profissionais envolvidos na dinâmica da política não são totalmente excluídos da sua formulação ou implementação e usam os dois estilos de produção de textos, segundo Roland Barthes: o estilo *writerly* e o estilo *readerly*.

Especificando a forma como os profissionais submetidos à política atuam segundo esses estilos de texto, Ball e Bowe distinguem que um texto *readerly* (prescritivo) oferece limitações quanto ao envolvimento do leitor na produção de sentidos que assume um papel de “consumidor inerte” (Hawkes, 1977). Já num texto *writerly* (escrivível), o leitor atua como coautor do texto e tende a participar de forma mais ativa na sua interpretação como um intérprete criativo. Dessa forma, lhe é possibilitada a condição de preencher certas lacunas do texto (MAINARDES, 2006, p.50).

Mainardes (2006) afirma que para Ball e Bowe é essencial admitir que esses estilos de textos são resultados da formulação da política, que se desenvolve por meio de relações em contextos diversos. Dessa forma, os textos evidenciam ligação com contextos particulares nos quais foram elaborados e usados, identificados de formas diferentes. É possível que esses estilos estejam presentes num mesmo texto com partes mais prescritivas e outras mais abertas. Ou que o estilo de textos políticos iniciais seja diferente do estilo de textos secundários como textos de subsídio, produzidos no decorrer da implementação de um programa ou política.

De acordo, ainda, com Mainardes, esses autores asseguram ser o foco da análise de políticas a incidência sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação daqueles que atuam diretamente no contexto da prática conduzindo os textos da política à prática. Para isso é preciso identificar as resistências, acomodações, subterfúgios e conformismo nas arenas da prática, e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas. Nesse cenário, inicialmente, propuseram um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção

de texto e o contexto da prática. Apesar de inter-relacionados, esses contextos não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares, porque cada um deles apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates (Bowe et al., 1992).

Vale aqui uma importante informação sobre as variáveis que estão orientando a análise das políticas segundo os contextos sugeridos por Ball e Bowe. No texto de Mainardes (2006), esse autor, ao final, redivulga questões adaptadas a partir do trabalho de Vidovich (2002) sobre os contextos de influência, da produção de texto e da prática, e as questões relacionadas aos dois últimos contextos apresentadas por Ball e Bowe (1992) que tem a finalidade de explicitar com clareza como os contextos do ciclo de políticas podem ser explorados em pesquisas.

É no **contexto de influência** que geralmente as políticas públicas se originam e as posições políticas são formuladas. É o locus no qual grupos de interesse travam disputas para influenciar a definição das finalidades sociais da educação. São seus protagonistas as redes sociais internamente e em torno de partidos políticos, do governo e do legislativo. Nos embates os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso a servir de fundamento para a política. O discurso em formação pode receber apoio e por vezes pode ser desafiado por princípios e argumentos mais amplos que influenciam as arenas públicas de ação, particularmente pelos meios de comunicação social (MAINARDES, 2006, p.51). Configurando esse contexto, Mainardes enfatiza que:

Além disso, há um conjunto de arenas públicas mais formais, tais como comissões e grupos representativos, que podem ser lugares de articulação de influência. Os trabalhos mais recentes de Ball contribuem para uma análise mais densa das influências globais e internacionais no processo de formulação de políticas nacionais. Segundo ele, a disseminação de influências internacionais pode ser entendida, pelo menos, de duas maneiras. A primeira e mais direta é o fluxo de ideias por meio de redes políticas e sociais que envolvem (a) a circulação internacional de ideias (Popkewitz, apud Ball, 1998a), (b) o processo de “empréstimo de políticas” (Halpin & Troyna, apud Ball 1998a) e (c) os grupos e indivíduos que “vendem” suas soluções no mercado político e acadêmico por meio de periódicos, livros, conferências e “*performances*” de acadêmicos que viajam para vários lugares para expor suas ideias etc. A segunda refere-se ao patrocínio e, em alguns aspectos, à imposição de algumas “soluções” oferecidas e recomendadas por agências multilaterais [como] World Bank e outras (MAINARDES, 2006, pp. 51;52).

Segundo esse autor, além do Banco Mundial, outras instituições como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a UNESCO e o Fundo Monetário Internacional (FMI) configuram-se como agências que influenciam a criação de políticas nacionais. Essas influências recebem recontextualizações e reinterpretações pelos Estados-nação. Esse autor revela que alguns estudos evidenciam uma interação dialética entre global e local ao revelar que a globalização promove a migração de políticas, diferente

de uma mera transposição e transferência, tendo em vista as políticas se ajustarem aos contextos nacionais específicos (Robertson, 1995; Ball, 1998a e 2001; Arnove & Torres, 1999). Assim, a globalização sujeita-se a um “processo interpretativo” (Edwards et al., 2004, p. 155).

No Brasil, admite-se esse comportamento em diversos programas e políticas na área de educação. Mesmo não exercendo um caráter determinante sobre as políticas nacionais, é possível perceber uma influência irrefutável das diretrizes do Banco Mundial nos textos em que estão formuladas metas e estratégias dos planos e das diretrizes educacionais, por exemplo.

Altmann confirma essa posição ao revelar que a forte influência exercida pelo Banco Mundial (BIRD) na política macroeconômica brasileira irradia-se sobre diversos setores, entre eles, a educação, e que por essa forte ascendência no Brasil, conhecer suas propostas e influências no setor educativo são de fundamental importância (ALTMANN, 2002, p.79).

Outro contexto a ser considerado na análise pretendida é o contexto da produção de texto. Mesmo não sendo simples ou prontamente percebida há uma relação comum entre o contexto de influência e esse segundo contexto. Mainardes afirma (a) que o contexto de influência relaciona-se quase sempre com interesses específicos e ideologias dogmáticas enquanto os textos políticos geralmente articulam-se com a linguagem do interesse público em geral, e isso quer dizer que os textos políticos representam a política; (b) que essas representações podem se apresentar de diversas formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos e, dessa forma, podem comprometer sua coerência e clareza tornando-se contraditórios; e (c) que o que finaliza a política não é o momento legislativo, pois os textos carecem de ser lidos considerando o tempo e o local específico de sua produção. Ressalta que os textos políticos são obtidos por meio de disputas e acordos. Isso porque, para Bowe et al. (1992), os grupos de interesse dos diversos ambientes da produção de textos hão de competir para controlar as representações da política. Assim, políticas são intervenções textuais, mas elas também carregam limitações materiais e possibilidades (MAINARDES, 2006, p.52).

Como desdobramentos dos textos políticos, reais consequências podem ser observadas e, mais que isso, vivenciadas e configurando-se no contexto da prática. Para Bowe et al. (1992) é nesse contexto que a política se submete à interpretações e recriações gerando efeitos e consequências que podem representar alterações significativas na política original. Para os autores, o ponto-chave não está na implementação das políticas no contexto da prática, mas, sim, na dinâmica das interpretações, podendo, por isso, serem recriadas (MAINARDES, 2006, p.53).

Mainardes (2006) entende que essa abordagem assegura aos professores e a outros profissionais uma participação ativa no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, com isso, suas crenças e entendimentos acabam por implicar

no processo de implementação das políticas.

Exemplificando, Mainardes enriquece essa posição destacando a ideia de Bowe e outros autores no seguinte recorte de texto de sua obra ao afirmar que

os profissionais que atuam no contexto da prática [escolas, por exemplo] não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos (...). Políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos. A questão é que os autores dos textos políticos não podem controlar os significados de seus textos. Partes podem ser rejeitadas, selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal entendidas, réplicas podem ser superficiais etc. Além disso, interpretação é uma questão de disputa. Interpretações diferentes serão contestadas, uma vez que se relacionam com interesses diversos, uma ou outra interpretação predominará, embora desvios ou interpretações minoritárias possam ser importantes (Bowe et al., 1992, p. 22).

Os dois próximos contextos foram acrescentados, por Ball (1994), ao referencial analítico ciclo de políticas original. São os contextos dos resultados/efeitos e o da estratégia política. Na interpretação de Mainardes (2006), o **contexto dos resultados ou efeitos** atina-se à questões de justiça, igualdade e liberdade individual. Conceber a política como desencadeadora de efeitos é mais adequado que admiti-la produzindo resultados. Dessa forma, sua análise deve ater-se ao seu impacto e interações com as desigualdades existentes. Os efeitos das políticas podem ser classificados em gerais e específicos. Os gerais ficam claramente evidenciados quando os aspectos específicos da mudança e os conjuntos de respostas extraídos da prática são agrupados e analisados. Para esse autor, descuidar-se dos efeitos gerais é mais comum em estudos de situações específicas porque ao se analisar uma mudança ou um texto político a lógica é estabelecer o seu impacto na prática. Por outro lado, ao se estudar de modo isolado, os efeitos de uma política específica podem ser limitados, mas, ao se considerar os efeitos gerais do conjunto de políticas de diferentes tipos é possível obter uma noção diferente.

Essa classificação descrita por Ball sugere que a análise de uma política deve levar em conta o estudo (a) das diversas possibilidades e dimensões de uma política e suas implicações, como a análise das mudanças e do impacto sobre a realidade pertinente a sua influência, e (b) das conexões da política com outras políticas setoriais e com o conjunto das políticas. Para isso é necessário que as políticas locais ou as amostras de pesquisas sejam consideradas somente como passos iniciais da análise de questões mais abrangentes da política (MAINARDES, 2006, pp. 54,55).

Para esse mesmo autor, Ball (1994) fornece a diferença entre efeitos de primeira ordem, sendo aqueles relacionados às mudanças na prática ou na estrutura e observados em locais específicos ou no sistema como um todo e os efeitos de segunda ordem atinentes ao impacto dessas mudanças nos padrões de acesso social, oportunidade e justiça social.

Por fim, o **contexto da estratégia política** relaciona-se a identificação de um certo

número de ações sociais e políticas necessárias para lidar com as desigualdades geradas ou reproduzidas pela política investigada. Para Ball (1994), trata-se de um elemento fundamental da pesquisa social crítica e do trabalho de intelectuais com a intenção estratégica de atuar diante de embates e situações sociais específicas, denominados por Foucault de “intelectuais específicos”⁵. Pela abordagem do ciclo de políticas obtém-se contribuições para a análise de políticas, considerando que compreende-se o processo político possuidor de múltiplas noções e dialético, não se permitindo prescindir das dimensões macro e micro. A abordagem do ciclo de políticas aqui descrita foi delineada para estabelecer uma ligação entre as posições Estado e processos micropolíticos (macro e micro análises) pela formulação de um referencial que incorpora ambas as dimensões (MAINARDES, 2006, p.55).

6 | A EPISTEMETODOLOGIA

Anuska Andreia de Sousa Silva e Ciclene Alves da Silva também contribuem com o estado do campo de políticas públicas na atualidade com dois textos. No primeiro, publicado em 2014, analisaram de que maneira pesquisadores vêm lançando mão do ciclo de políticas em seus estudos, como método ou como epistemetodologia, identificaram quais contextos foram utilizados nas respectivas pesquisas, bem como as teorias que fundamentaram as análises realizadas. No segundo texto, de 2015, evidenciaram com mais especificidade as pesquisas que lançaram mão da abordagem do ciclo de políticas com foco epistemológico e, novamente destacando os contextos focalizados e os respectivos enfoques teórico-metodológico nelas utilizados.

Epistemologia é entendida filosoficamente como conhecimento, teoria do conhecimento. Tem como foco a origem do conhecimento; o *locus* da experiência e da razão na gênese do conhecimento; relaciona o conhecimento com certeza e com a impossibilidade do erro; a possibilidade do ceticismo universal; e as formas de conhecimento que surgem das novas conceitualizações do mundo. Essas posições se articulam com outros temas também centrais da filosofia, como a natureza da verdade e a natureza da experiência e do significado. A missão do filósofo está em descrever fundamentos necessariamente seguros e em identificar métodos seguros de construção, evidenciando sólido fundamento do conhecimento. Isso “favorece uma versão da ideia do ‘dado’ como uma base do conhecimento e, como método de construção, uma teoria da confirmação e da inferência racionalmente defensável” (BLACKBURN, 1997, pp. 118;119).

5 Na obra *Metafísica do Poder* (1981), Michel Foucault caracteriza os intelectuais específicos como aqueles que desempenham um papel político de transformar o sistema de produção do saber, em termos particulares (específicos) por meio da atuação política ativa. São os intelectuais que abandonam os limites internos de seus gabinetes e partem para a atuação na realidade prática. “Faz a intervenção do cientista nas lutas políticas que lhe são contemporâneas” (Foucault, 1981, p. 11). “O intelectual tem uma tripla especificidade: a especificidade de sua posição de classe (pequeno burguês a serviço do capitalismo, intelectual ‘orgânico’ do proletariado); a especificidade de suas condições de vida e de trabalho, ligadas à sua condição de intelectual (seu domínio de pesquisa, seu lugar no laboratório, as exigências políticas a que se submete, ou contra as quais se revolta, na universidade, no hospital, etc.); finalmente, a especificidade da política de verdade nas sociedades contemporâneas” (Foucault, 1981, p. 13).

Diante dessa exposição, entende-se, então, que no caso da análise pelo uso do ciclo de políticas evidenciada pelas autoras, a abordagem epistemológica está compreendida pela articulação dos dados obtidos por essa análise, com argumentos teóricos que fundamentem os significados das deduções que vão sendo construídas pelas discussões que emergem com o emprego dos contextos que compõem o referencial de Ball e Bowe.

Silva; Silva (2014), lembrando Mainardes (2006), recordam a criação do ciclo de políticas por Ball e Bowe em 1992, reafirmam sua utilização somente a partir dos anos 2000 e que esse referencial analítico tem sido empregado em pesquisas educacionais por enfatizar a dimensão micropolítica e as atividades daqueles que atuam com políticas em esferas locais e sugerir conexões com processos macro e micro nos estudos que têm como foco as políticas educacionais. Pontuam que antes do ciclo de políticas o estudo das políticas educacionais fundamentava-se em metodologias que partiam da sua formulação aos seus resultados, identificados como processos estanques e lineares. Dessa forma, o ciclo de políticas contribuiu com as discussões favorecendo outras leituras a respeito da trajetória de uma política.

Destacam que uma das bases teóricas que fundamentam essa abordagem é a linguística, então fortalecida no pós-estruturalismo, e Ball sustenta-se nas ideias de Michel Foucault, representante dessa corrente, ao conceber a política como discurso.

Retomo aqui para acrescentar e esclarecer que na obra *A Arqueologia do Saber*, Foucault, buscando melhor explicitá-la, enumera princípios para a compreensão da análise arqueológica. Assim, dentre esses princípios, afirma que

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de alguma coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro” discurso mais oculto. Recusa-se a ser “alegórica” (FOUCAULT, 2008, p. 157).

Considerando o contexto no qual se estabelecem os saberes científicos e, em torno deles, os discursos que os possam explicar, Foucault nos diz que esses saberes surgem com a respectiva validação neles próprios e não levam em conta o quanto os discursos podem contribuir na formação das imagens e das práticas científicas. Daí, segundo Machado (1981), o que se pode depreender é que a arqueologia em busca da constituição dos saberes dando exclusividade as interrelações discursivas e sua conexão com as instituições, dá respostas sobre como os saberes emergem e se transformam.

Nesse outro contexto, diferente daquele que os saberes se mostram com validação própria, a análise proposta agora se desencadeia pela questão do “porque”. Sua finalidade, nessa realidade, ao invés “de descrever as compatibilidades e incompatibilidades entre

saberes a partir da configuração de suas positivities, é explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidade externas aos próprios saberes [...] situando-os como dispositivo de natureza estratégica”. Então, essa análise do “porque” dos saberes, que tem a pretensão de explicar sua existência e suas transformações, situa-o como peça de relações de poder, ou inserindo-o num dispositivo político que, se baseando em Nietzsche, Foucault denominou de genealogia (MACHADO, 1981, p, XII).

Retornando às autoras, essas referem-se a Tello (2013), na sua afirmação de que o ciclo de política pode ser empregado como método e como epistemologia, quando esta última for admitida como uma metodologia que se articula com a teoria da pesquisa. Assim, ao optarem pela análise de políticas baseando-se no ciclo de políticas, os pesquisadores também vão obter fundamentação teórica nos estudos de Ball, sobre temas a respeito do novo gerencialismo, performatividade, reformas educacionais, e outros. Dizem perceber a existência de uma articulação dessa metodologia com abordagens como a teoria do discurso de Ernesto Laclau; recontextualização de Basil Bernstein; e a análise do discurso crítica de Norman Fairclough, e que isso tem contribuído, num movimento crescente, com as pesquisas realizadas no Brasil.

Com base no levantamento realizado por Mainardes (2014), essas autoras examinaram 78 pesquisas, dentre as quais 51 dissertações de mestrado e 27 teses de doutorado, cujos autores basearam suas análises no ciclo de políticas. As pesquisas avolumaram-se entre 2008 e 2012 e houve maior concentração em instituições localizadas nas regiões sul (28) e sudeste (39). Vale o destaque para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, na região sudeste, com 15 pesquisas, tendo em vista a instalação do grupo de pesquisa “Currículo: sujeito, conhecimento e cultura”, coordenado por Alice Casimiro Lopes, umas das interlocutoras das ideias de Ball no Brasil.

Silva e Silva (2014) realizaram análise de conteúdo sobre os resumos das publicações objeto do estudo, visando a constatação do emprego do ciclo de políticas e a identificação da forma como foi utilizada a abordagem nas pesquisas. Foram efetivamente analisados 44 dissertações e 21 teses, já identificada a forma como foram empregados os contextos que constituem o ciclo de políticas. Pela dificuldade de melhor explicitação, nos resumos das respectivas pesquisas, sobre o emprego dos contextos do ciclo, as autoras utilizaram os seguintes critérios: os resumos que informavam o emprego do ciclo, tabularam o uso dos três contextos principais; naqueles que haviam a descrição dos contextos empregados, elas tabularam de acordo com o que foi informado. Resumindo, na tabela 1, tem-se:

Uso dos contextos	Dissertações	Teses
Três contextos	27	15
Cinco contextos	01	-
Contexto da prática	06	-
Contexto da produção do texto e contexto da prática	05	01
Contexto da influência e contexto da produção de texto	03	04
Contexto de influência e contexto da prática	01	-
Contexto da produção de texto	-	01
Contexto da influência, contexto da produção de texto, contexto da prática e contexto de resultados e efeitos	01	-
Total	44	21

Tabela 1 – Contextos empregados nas dissertações e teses
 Fonte: Adaptação das tabelas 4 e 5 de Silva e Silva (2014, pp. 9; 10)

De acordo com a tabela 1, as pesquisas empregam o ciclo de políticas sem adaptações com concentração dos trabalhos (27 dissertações e 15 teses) empregando os três principais contextos do ciclo. No mestrado o segundo uso mais frequente está no contexto da prática e no doutorado no contexto da produção de texto. Para as autoras um trabalho do mestrado enfrentou o desafio, considerando o tempo que, *a priori*, é disponibilizado para a elaboração da dissertação, de analisar sob a perspectiva dos cinco contexto.

Prosseguindo, para essas autoras, o emprego da abordagem do ciclo de políticas, inicialmente, foi empregado somente como metodologia. Considerando o estudo e maior apropriação desse referencial analítico, desenvolve-se na academia brasileira um tipo de pesquisa que faz articulação da metodologia com a teoria. Isso recebe, por Tello (2013), a denominação de epistemometodologia.

Na tabela 2 as autoras divulgam a quantidade de trabalhos que depois de serem submetidos à análise de conteúdo, foram considerados como aqueles que utilizaram as análises para além do método, articulando-a com os estudos de Ball e de outros autores.

Dissertações		Teses	
Método	Epistemometodologia	Método	Epistemometodologia
30	14	9	12

Tabela 2 - Uso do ciclo de políticas como epistemometodologia

Fonte: Silva e Silva (2014, p. 10)

Depois de discriminados os trabalhos que utilizaram os contextos do ciclo apenas como método e aqueles que os utilizaram como epistemologia, as autoras apresentaram as teorias que estão articuladas à abordagem do ciclo de políticas.

Assim, divulgaram os seguintes autores e suas respectivas teorias: (1) Ball com *Perspectiva micropolítica de escola, Performatividade, Mercado, Gestão, Teoria crítica, Profissionalismo e Gerencialismo*; (2) Fairclough e a *Análise de discurso crítica*; (3) Ball, Maguire e Braun por meio da *Teoria da política em ação*; (4) Stoer e Magalhães e os *Três níveis de desenvolvimento*; (5) Vieira com a *Abordagem sociológica*; (6) Lendvas e Stubbs, *Política como tradução* (6) Laclau com *A teoria do discurso e a Hegemonia*; (7) Bernstein por meio da *Recontextualização pedagógica, Dispositivo pedagógico e as Regras do discurso*; (8) Canclini com a *Hibridização*; (9) Bourdieu; *Campo de produção cultural*; (10) Foucault com a *Prática discursiva e Análise de discurso*; (11) Dale por intermédio da *Agenda globalmente estruturada*; e (12) Fraser, Honneth e Taylor pela *Teoria do reconhecimento*.

Numa outra obra de mesmo teor, essas mesmas autoras, em 2015, atendendo aos pedidos de pesquisadores que também fundamentam seus estudos com o ciclo de políticas, disponibilizaram estudos que empregam a epistemologia e, dando prosseguimento ao levantamento anterior, trouxeram elementos de natureza qualitativa à sua análise, dessa vez, evidenciando os contextos empregados e as articulações teórico-metodológicas utilizadas pelos autores das pesquisas divulgadas.

Nesse estudo, Silva e Silva (2015) tiveram por objetivo analisar as pesquisas que utilizam a abordagem do ciclo de política como epistemologia, com destaque nos contextos focalizados e nas abordagens teórico-metodológica articuladas nos estudos. Novamente lançaram mão da análise de conteúdo a partir da leitura dos resumos dos trabalhos estudados. Diante da insuficiência dos resumos em não fornecer as informações pretendidas, avançaram com leituras para a introdução ou a metodologia dos trabalhos. Como achados identificaram os autores mais empregados que foram Bernstein, Ball e outros autores que trabalham com a questão do discurso, como Foucault, Laclau e Fairclough.

Acreditam que a decisão pela abordagem do ciclo de políticas nas pesquisas, com a epistemologia traz contribuições de forma significativa, oportunizando aos pesquisadores reflexão mais atenciosa sobre suas escolhas epistemológicas. Isso proporciona coerência na pesquisa e pode oferecer mais qualidade à análise e aos resultados contemplados no trabalho. Essa abordagem vai, também, propiciar uma condição epistemológica mais amadurecida na formação de pesquisadores.

Para elas, esse amadurecimento tem a ver com o que Tello (2013) se refere considerando a atenção que se deve dedicar quando da decisão pela epistemologia, elegendo aquela que ofereça base sólida e coerente. Isso vai ser obtido por meio de três componentes que formam o “Enfoque de las Epistemologias de la Política Educativa (EEPE), que são: perspectiva epistemológica, posicionamento epistemológico e enfoque epistemológico.

A “Perspectiva Epistemológica” entendida como a cosmovisão que o pesquisador vai considerar para dar o direcionamento de sua pesquisa, como exemplos o marxismo, neomarxismo, estruturalismo, pós-estruturalismo, existencialismo, humanismo, positivismo, pluralismo, dentre outros. Já o “Posicionamento Epistemológico” é o resultado da perspectiva epistemológica, adotada pelo pesquisador evidenciando a forma como se posiciona política e ideologicamente. E o “Enfoque Epistemológico” refere-se à definição da metodologia pelo pesquisador quando ele a define em lugar de outras. Nesse contexto, a metodologia é concebida na perspectiva epistemológica e não na perspectiva instrumental. De acordo com Tello (2013, p.50), como “[...] categoria en la que confluyen la presentación de método y la posición epistemológica del investigador”, traduzindo, *categoria em que convergem o método de apresentação e posição epistemológica do pesquisador*. Para essas autoras, está aí a possibilidade de alcance daquela maturidade acadêmica, referida, a ser obtida quanto aos aspectos teórico-metodológicos da investigação, se diante desses componentes houver postura reflexiva e construção articulada afim de se garantir coerência ao desenho da pesquisa.

Já ficou, então, constatado, no estudo de Silva e Silva (2014) que estão sendo utilizados dois tipos de abordagem do ciclo de políticas em pesquisas publicadas no banco de teses e dissertações da CAPES. A abordagem do ciclo como método e como epistemologia. Complementando essa realidade, essas autoras realizaram mais um levantamento para evidenciar as escolhas dos contextos e o tipo de abordagem definida com base no escopo e objetivos do estudo e, também, na maturidade acadêmica dos pesquisadores. Destacam que os objetivos do estudo são elementos centrais na escolha dos contextos. Diante da triagem que realizaram identificando as pesquisas que empregaram a abordagem como epistemologia, analisaram as articulações empreendidas pelos autores para apontar as opções teórico-metodológicas que fundamentaram a sua definição. Isso possibilitou organizar as pesquisas segundo os contextos e as articulações teórico-metodológicas.

De acordo com essa organização foi possível afirmar que a maioria dos pesquisadores demonstram preocupação com a análise mais abrangente da política ao decidirem realizá-la com os três principais contextos do ciclo de políticas; que o uso de apenas um dos contextos trata-se de uma adaptação do método, porque a análise completa de uma política deve analisar, pelo menos, os três primeiros contextos; que Basil Bernstein foi o autor mais recorrente nas articulações teórico-metodológicas por meio da recontextualização pedagógica, discurso pedagógico, dispositivo pedagógico e também regras do discurso.

Segundo essas autoras, a despeito de ser considerado um autor complexo e de ter suas teorias pouco utilizadas em pesquisas, é no campo educacional, especialmente do currículo, que se destacam articulando-se com a abordagem do ciclo de políticas como epistemologia. Para elas, a aproximação de Ball com as ideias desse autor determina essa preferência. Por ser um dos propositores do ciclo de políticas Ball surge como o segundo na preferência dos pesquisadores.

Outro destaque paira sobre a questão do discurso, com os autores Fairclough, Laclau, Canclini, Foucault e Lendbas e Stubbs. Novamente, segundo essas autoras, isso ocorre por influência de Ball e colaboradores por entenderem a política tanto como texto quanto discurso, levando os pesquisadores a optarem pela análise de conteúdo e ou análise de discurso.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas contribuições que traçam a trajetória do estado do campo de estudo em políticas públicas no Brasil, percebe-se um caminho se consolidando, pelo considerado pouco tempo que se realizam pesquisas sobre esse tema, pouco mais de três décadas, por meio do comportamento mais maduro de pesquisadores, ao buscarem abordagens articuladas às teorias que possam oferecer coerência e terreno firme para sustentarem as posições decorrentes de suas análises.

Desde os estudos sobre os fracassos das políticas, o uso da literatura neo-institucionalista e orientados pela agenda *setting*, apontados por Souza (2003a; 2003b) e de suas sugestões a respeito do uso das tipologias analíticas *bottom-up* e *top-down* a se empreender aos estudos de políticas públicas; bem como do surgimento do referencial analítico ciclo de políticas proposto por Ball e Bowe na década de 1990; como também Frey, em 2000, divulgando o neoinstitucionalismo e a análise de estilos político, e, mais recentemente, com as contribuições de Tello e Mainardes, esses estudos aqui divulgados, também com as contribuições de Silva e Silva (2014; 2015), dão ideia de muitos caminhos percorridos e da possibilidade de muitos ainda a se trilhar.

O que importa aqui destacar é que no estudo das políticas públicas, pelo menos até agora, com o emprego do ciclo de políticas por meio de seus contextos constituintes, somos levados a refletir sobre a necessidade de buscarmos condições fundamentadas com a coerência e a solidez pertinentes, no que diz respeito às análises que vamos empreender com relação às políticas públicas.

Agora, portanto, com a possibilidade de avançarmos em profundidade nas análises realizadas com o uso da abordagem de ciclo de políticas como epistemologia, articulando, assim, aos referenciais teórico-metodológicos que considerarmos mais adequados, principalmente, levando-se em conta a compreensão de que as políticas se apresentam nas dimensões de texto e de discurso.

Reforçando essa ideia, sobre a compreensão das políticas como texto e discurso, Mainardes nos lembra que políticas são intervenções textuais que carregam limitações materiais e possibilidades, e que no contexto de influência, em meio aos embates visando a definição das políticas, os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso a servir de fundamento para a política. O discurso em formação pode receber apoio e por vezes pode ser desafiado por princípios e argumentos mais amplos que influenciam as arenas

públicas de ação, particularmente pelos meios de comunicação social (MAINARDES, 2006, pp. 51; 52).

E isso é uma das muitas preocupações e cuidados que precisam ser levados em conta quando da definição da articulação teórico-metodológica que deve apoiar as análises das políticas públicas com o emprego do ciclo de políticas. Dessa forma, é possível acreditar que esteja sendo assentado mais um tijolo contribuindo, ainda, com a construção do campo e, também, com sua consolidação, com o amadurecimento teórico, metodológico e científico de seus pesquisadores, e com a precisa fundamentação requerida na produção dos saberes.

REFERÊNCIAS

ALMOND, G.A. e VERBA, S. *The Civic Culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BALL SJ; BOWE, R.; GOLD, A. *Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge, 1992.

BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BALL, SJ. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994. ISBN 9780335192724.

BEYME, Klaus von. **Policy Analysis und Traditionelle Politikwissenschaft**. In: Hans-Hermann Hartwich (org.): *policy-Forschung in der Bundesrepublik Deutschland. Ihr Selbstverständnis und ihr Verhältnis zu den Grundfragen der Politikwissenschaft*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1985, p.7-29.

BEYME, Klaus von. **Die Politischen Theorien der Gegenwart**. Eine Einführung. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1992.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Consultoria da edição brasileira, Danilo Marcondes [Tradução Desidério Murcho et. al.] Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CODATO, Adriano. **O neo-institucionalismo histórico: uma definição e uma explicação**. Disponível em: <http://adrianocodato.blogspot.com.br/2009/02/oneoinstitucionalismo-historico-uma.htm>> Acesso em: 08 dez. 2015.

DIAMOND, Larry. **Introduction: political culture and democracy**. In: Larry Diamond (org.): *Political Culture and Democracy in Developing Countries*. Boulder/London: Lynne Rienner Publ. 1994, p.1-27.

FOUCAUL, Michel. **A Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

MACHADO, Roberto. **Por uma Genealogia do Poder**. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, J.; STREMEL, S. **Informações sobre a abordagem do ciclo de políticas - Lista de obras de S. J. Ball e de pesquisas brasileiras que empregam suas ideias**. Disponível em: <www.uepg.br/gppepe> Acesso em: 21 abr. 2015.

MARCH, James G. e OLSEN, Johan P. **Institutional Perspectives on Governance**. In: Hans-Ulrich Derlien et. al. (orgs.). *Systemrationalität und Partialinteresse*. Festschrift für Renate Mayntz, Baden-Baden: Nomos, 1994.

McCombs, M.E., Shaw, D.L. **The Agenda-Setting Function of Mass Media**. *Public Opinion Quarterly*, 36 (Summer), Oxford University Press, 1972, pp.176-187.

MELO, Marcus André. **Estado, governo e políticas públicas**, in Sergio Miceli (org.), *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): Ciência Política*, São Paulo/Brasília: Sumaré/Capes, 1999.

NABMACHER, Hiltrud. **Vergleichende Politikforschung: Eine Einführung in Probleme und Methoden**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1991.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia Delegativa?** In: *Novos Estudos*. n.31, São Paulo: CEBRAP, 1991, p. 25-40.

PRITTWITZ, Volker von. **Politikanalyse**. Opladen: Leske + Budrich, 1994.

SILVA, Anuska Andreia de Sousa; SILVA, Ciclene Alves da. **A abordagem do ciclo de políticas como epistemologia em dissertações e teses no período de 2003-2013: uma análise qualitativa**. In: I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa. II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação. 2015. **Anais...** Guarulhos, São Paulo: UNIFESP, 2015. p. 1-10.

_____. da. **Uso da abordagem do ciclo de políticas no Brasil: metodologia ou epistemologia?** In: *Jornadas Latinoamericanas de Estudos Epistemológicos em Política Educativa*, 2., 2014. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2014. p. 1-14.

SOUZA, Celina. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 18, N°. 51, p. 15-20, 2003a.

_____. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Cadernos CDRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003b.

TELLO, C. **Las epistemologías de la política educativa – notas históricas y epistemológicas sobre el campo**. In: TELLO, C. (Coord. y Comp.). *Campinas, SP: Mercado de Letras*, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acupuntura 7, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83

Adolescentes 5, 6, 9, 10, 28, 31, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 90, 100, 101, 104, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 183, 187, 189, 190, 192, 196, 198, 199, 201, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 279, 280, 281, 283, 284, 285, 287, 290, 291, 294, 295, 302, 303

Atividade Física 8, 10, 27, 28, 31, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 93, 99, 100, 101, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 136, 138, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 171, 179, 180, 182, 183, 201, 203, 206, 209, 211, 213, 214, 222, 223, 225, 264, 267, 280, 281, 283, 284, 285, 288, 289, 290, 291, 294, 295, 303

Autismo 5, 9, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184

C

Comportamento 10, 29, 30, 31, 38, 42, 44, 45, 47, 84, 99, 101, 104, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 138, 140, 142, 143, 144, 161, 175, 179, 182, 204, 207, 209, 247, 268, 283, 290, 295, 313, 315, 316, 317, 318, 321, 324, 332

Covid-19 10, 26, 27, 28, 29, 38, 39, 73, 74, 78, 82, 83, 102, 103, 104, 257, 258, 270, 308

Crianças 5, 6, 10, 3, 7, 11, 15, 17, 21, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 100, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 137, 138, 139, 143, 144, 145, 174, 176, 178, 179, 180, 182, 183, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 195, 196, 201, 203, 206, 207, 241, 247, 275, 279, 280, 283, 284, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 299, 302, 303, 335

Cultura 5, 1, 2, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 62, 76, 102, 114, 172, 173, 174, 180, 226, 259, 317, 318, 328, 340

D

Dança 5, 10, 5, 8, 50, 51, 54, 73, 74, 81, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 257, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270

Desempenho 10, 42, 46, 47, 48, 84, 85, 86, 95, 96, 97, 102, 104, 110, 111, 138, 140, 213, 214, 222, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 260, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 302, 303, 305, 316, 318

E

Educação 2, 5, 6, 8, 9, 10, 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 42, 44, 45, 46, 48, 51, 55, 56, 82, 84, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 122, 123, 125, 126, 128, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 172, 173, 177, 178, 179, 182,

183, 184, 185, 191, 192, 198, 201, 203, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 255, 259, 267, 268, 271, 281, 291, 293, 295, 304, 321, 323, 324, 334, 335, 336, 337, 338, 340

Educação Física 2, 5, 6, 8, 9, 10, 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 42, 44, 45, 46, 48, 51, 55, 56, 84, 96, 97, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 109, 122, 123, 125, 126, 128, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 172, 173, 183, 184, 191, 192, 201, 203, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 225, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 255, 271, 281, 291, 293, 304, 335, 336, 337, 338, 340

Educação Física Escolar 5, 6, 1, 4, 5, 6, 8, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 44, 105, 136, 139, 140, 145, 183, 246, 340

Ensino 5, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 29, 45, 47, 49, 55, 82, 101, 102, 106, 107, 118, 120, 121, 125, 139, 142, 177, 178, 179, 181, 185, 193, 201, 202, 203, 205, 208, 212, 217, 225, 228, 229, 261, 284, 289, 291, 296, 337, 340

Escola 8, 10, 3, 4, 13, 24, 51, 56, 82, 106, 108, 193, 201, 203, 208, 209, 236, 246, 247, 259, 281, 293, 295, 302

Esportes Coletivos 99

Estudo 5, 11, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 18, 19, 22, 26, 47, 74, 77, 79, 81, 84, 87, 89, 90, 91, 95, 97, 103, 106, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 120, 125, 127, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 140, 141, 142, 149, 154, 161, 170, 184, 185, 189, 190, 192, 193, 194, 196, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 207, 210, 213, 214, 215, 216, 221, 232, 233, 244, 245, 252, 254, 255, 257, 261, 267, 269, 271, 273, 276, 277, 281, 283, 284, 286, 289, 290, 291, 293, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 309, 310, 311, 316, 320, 325, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 337, 340

Etnografia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10

Exercício Físico 100, 122, 132, 133, 136, 137, 140, 141, 145, 156, 164, 210, 213, 232, 235, 246, 274, 285

F

Futebol 10, 4, 8, 17, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 288, 335, 336, 337, 338, 340

G

Gerontologia 210, 220, 221, 222, 259, 261, 269

Ginástica Rítmica 7, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56

I

Idosos 5, 48, 81, 100, 163, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 291, 292

Inclusão 11, 15, 22, 50, 51, 54, 87, 102, 104, 109, 141, 173, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 212, 215, 220, 232, 271, 273, 284, 290, 293, 295, 296, 319, 335, 336, 338

J

Jogo 5, 5, 250, 272, 274, 276, 277, 313

Judô 7, 15, 16, 18, 19, 21, 23, 24, 84, 85, 86, 92, 93, 94, 95, 96, 97

L

Lazer 2, 5, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 49, 55, 99, 101, 102, 107, 120, 135, 136, 138, 142, 337, 340

Live 10, 57, 106, 257, 258, 264, 265, 266, 267

Lutas 6, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 83, 84, 95, 97, 326

M

Maturação 10, 107, 140, 180, 181, 197, 204, 206, 271, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 285, 289, 290, 291, 292

Método kinético 57, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70

Métodos 2, 5, 7, 8, 1, 11, 24, 45, 65, 74, 79, 84, 85, 86, 93, 94, 95, 96, 97, 108, 110, 123, 125, 127, 146, 149, 151, 152, 153, 156, 159, 166, 192, 203, 213, 216, 225, 232, 276, 283, 285, 306, 326, 336

Mídia 5, 22, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 258, 264, 279, 314

Monitoramento 150, 151, 152, 153, 161, 163, 165, 166

Movimento 5, 1, 3, 5, 8, 11, 12, 14, 16, 18, 20, 23, 24, 25, 50, 52, 53, 54, 56, 97, 100, 104, 106, 107, 108, 109, 111, 114, 115, 116, 121, 123, 140, 144, 145, 149, 150, 152, 159, 161, 162, 164, 165, 166, 173, 174, 180, 181, 201, 203, 208, 213, 214, 238, 278, 291, 292, 293, 305, 308, 328, 335, 340

N

Nadador 249, 252, 253, 254, 255

Natação 6, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 233, 240, 249, 252, 253, 254, 255, 256, 303

O

Obesidade 9, 33, 43, 103, 104, 108, 110, 111, 113, 116, 119, 122, 123, 169, 179, 182, 189, 204, 205, 206, 207, 208, 211, 283, 285, 287, 290, 293, 294, 295, 303

P

Pesquisa Qualitativa 1, 3, 6, 12, 25, 232, 260

Políticas Públicas 11, 309, 333, 334

Postura Corporal 9, 185, 187, 201

Pré-Escolar 106, 107, 108, 113

Primeiros socorros 5, 10, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 240, 243, 244, 246, 248

Professor 106, 108, 135, 146, 191, 210, 225, 335

Promoção da Saúde 8, 136, 137, 141, 143, 146, 214, 230

R

Reiki 7, 73, 74, 75, 79, 80, 81, 82, 83

S

Saúde 5, 7, 8, 5, 26, 28, 30, 31, 33, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 55, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 170, 171, 179, 181, 182, 183, 185, 187, 190, 191, 192, 193, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 218, 220, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 232, 234, 235, 236, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 254, 258, 259, 268, 269, 271, 273, 281, 285, 293, 294, 295, 296, 301, 302, 303, 339


Sedentarismo 28, 33, 43, 45, 46, 104, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 146, 189, 208, 223


T

Técnicas 2, 5, 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 16, 20, 65, 75, 78, 85, 102, 151, 153, 155, 203, 229, 272, 273, 292, 305, 308

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

em Lazer, Educação e Educação Física

 www.arenaeditora.com.br

 contato@arenaeditora.com.br

 @arenaeditora

 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora


Ano 2021

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

em Lazer, Educação e Educação Física

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 Atena
Editora

Ano 2021